REGISTRO DE IMÓVEIS

IMÓVEL: Um imóvel agrícola particularmente denominado "Fazenda Santa Adelina", encravado na fazenda "Boa Vista de São Lou reço", neste distrito e município, com a área de 484 hectares

91.670 metros quadrados ocupada pelo Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo, para a construção da estrada asfalta da Itápolis-Ibitinga; contendo atualmente no imóvel uma casa7 de sede e 40 casas para empregados, todas de tijolos e telhas,

servida por instalações de água e energia elétrica; currais,-

mangueiroes, paióis, tulhas, depósitos para adubos, garagens, 30.000 cafeeiros, mais ou menos, 10.000 pés de eucalíptos, -

mais ou menos; engenho com as respectivas instalações, proprio para o fabrico de aguardente, com seus depósitos, acessórios/ e pertences, em funcionamento; balança para pesagem de veícu-

los; prédio de tijolos e telhas, destinado a escritório, far-mácia, laboratório e refeitório; canaviais, pastagens, cêrcas internas e de divisas e pequenas benfeitorias; confrontando-se em sua integridade com Luiz Massa, Luiz Desidério Rossi, -Constantino Polaco, Irmãos Pierobon, Dr. Walter Salim Haddad, Walter João Cioffi, Palmiro Malosso e irmãos, Angelo Domingos Coletti, pelo Ribeirão São Lourenço, por cercas com José Seme ghini Filho e, novamente por cercas, com Palmiro Malosso e irmãos (proprietários). O imóvel descrito faz parte de um to-

do de 1.354.93,00,30 hectares ou 559,888 alqueires, mais ou menos, denominado "Fazenda Santa Adelina", possuindo, entre-tanto, características próprias que o distinguem desse todo, conforme consta da escritura de 30 de Janeiro de 1976, do 1º tabelionato local (livro 157, fls. 453). INCRA. n. 618.101.

(Cic. 073.744.028/72), João Malosso e s/mr. Rosa Pierobon Malosso (Cic. 073.744.108/91) e José Malosso (Cic. 050.734.218/68) e s/mr. Yolanda Velludo Malosso (Cic. 107.694.808), todos

brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta cidade, sendo eles agricultores e industriais, a la do lar e as duas/

PROPRIETARIOS: Palmiro Malosso e s/mr. Elza Lopes Malosso

ou 200 alqueires de terras, mais ou menos, menos a área

Itápolis, 09 de Fevereiro de 1976.



LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

000136

01

2

9 3 0

O oficial maior, Mala.

TÍTULOS AQUISITIVOS: Transcritos sob ns. 13.824, livro 3-QQ,-fls. 20; 21.931, livro 3-AI, fls. 119; 22.425, livro 3-AJ, -fls. 12; 24.005, livro 3-AK, fls. 133; e 27.956, livro 3-AS,-

AV. 1-136.

Itápolis, 09 de Fevereiro de 1976.

Em relação ao imóvel constam os seguintes ôjus: a) servidão / em favor de Ângelo Domingos Coletti e José Semeghini Filho, - inscrita sob n. 3.410; e b) usufruto em relação a 45% do imóvel, em favor de Attílio Malosso e s/mr. Regina Antonia Gra-nelli Malosso, inscrito sob n. 4.149 (livro 4-G, fls. 176).

O oficial major, lab.

Ref: nº 407 do prot. 1, pag. 10.

003.425. Area 908,6 ha.

últimas professoras.

AV. 2 - em 19 de junho de 1986.

O usufruto constante da averbação supra, foi cancelado nesta da ta. O escrevente autorizado, Westa.

MATRICULA

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

01 V.

R. 3 - em 04 de maio de 1989.

Pelo instrumento particular de 17 de março de 1989, passado em Campinas-SP., PALMIRO MALOSSO - RG. 204.080-SP., e sua mulher / ELZA LOPES MALOSSO - RG. 8.049.894-SP., inscritos no CPF. sob nº 073.744.028/72, residentes e domiciliados na avenida Florêncio Terra, nº 583, nesta cidade; JOÃO MALOSSO - RG. 6.680.136--SP., e sua mulher ROSA PIEROBON MALOSSO - RG. 5.019.163-SP.,ins critos no CPF. sob nº 073.744.108/91, residentes e domiciliados na rua Odilon Negrão, nº 548, nesta cidade; e, JOSÉ MALOSSO -RG. 4.203.498—SP., e sua mulher YOLANDA VELLUDO MALOSSO — RG. — 4.423.997-SP., inscritos no CPF. sob ns. 050.734.218/68 e 107.-694.808/10, respectivamente, residentes e domiciliados na aveni da Francisco Porto, nº 660, nesta cidade, todos brasileiros, eles agropecuaristas e industriais, casados sob o regime da co-munhão de bens, anteriormente à lei 6.515/77, sendo elas do lar, instituiram em favor da COMPANHIA PAULISTA DÉ FORÇA E LUZ = CGC. 33.050.196/0001-88, com sede em Campinas-SP., na rodovia Campinas-Mogi Mirim, KM 2,5, no valor de NCz\$ 0,01, servidão perpé-tua para implantação de torres ou postes para a passagem de linhas de transmissão de energia eletrica, assim como de linhas / telefônicas auxiliares, através do imóvel, e consequente servidão de passagem em uma faixa de terras com início no carreador que faz divisa com a propriedade de Carlos Pierobon, seguindo – com o rumo N69º55'E na distância de 268,00 metros; neste ponto| deflete à esquerda e segue com o rumo N32º59'E na distância 660,00 metros, até o carreador que faz divisa com a propriedade de Ízaltino Ariozi, perfazendo 928,00 metros de extensão com / uma largura de 30,00 metros, medidos 15,00 metros para cada lado direito do eixo da LT 138 KV SE Ibitinga – SE Itápolis, en-cerrando a área de 27.840,00 metros quadrados, limitando-se a / nordeste com a propriedade de Izaltino Ariozi, a sudoeste com a propriedade de Carlos Pierobon e a noroeste e sudeste com a pro priedade de Palmiro Malosso, João Malosso e José Malosso. - 0 7 escrevente autorizado, REF:- nº 41.901, do prot. 1-D, pág. 150. - Emols:- NCz\$ 18,00. Ao Estado:- NCz\$ 4, 86. A.C.S.:- NCz\$ 3,60. TOTAL:- NCz\$ 26,46.

R. 4 - em 19 de outubro de 1994.

O imóvel da matrícula ficou vinculado em hipoteca cedular primeiro (1º) grau e sem conçorrência, em garantia da cédula rural pignoraticia e hipotecária de 22 de setembro de 1994, que tomou o nº 94/00529-X, emitida nesta cidade pela firma IR-MÃOS MALOSSO LTDA., com sede neste município, inscrita no CGC. sob nº 49.976.251/0001-03, em favor do BANCO DO BRASIL S/A., inscrito no CGC. sob nº 00.000.000/0467-79, sendo hipotecantes garantes JOSÉ MALOSSO e sua mulher YOLANDA VELLUDO MALOSSO, -PALMIRO MALOSSO e sua mulher ELZA LOPES MALOSSO, e JOÃO MAĹOS-SO e sua mulher ROSA PIEROBON MALOSSO, todos supra qualifica-dos, do valor de um milhão de reais (Ŕ\$ 1.000.000,00), a

Observações: 4.5.179: 4-6.176: 9-178: 9.5 X: 9-1.56: 9-1.60 X: 9-1.60 X 2-3.70: 3-45, 3-17, 1030-173, 1775, 2.309, 3.416, 3-546, 4182 4464 - 5.112. 5 271 - 6.60 X 8 3.5, 8433, 85/6, 9.274, 9318, 93:1, 9600, 9940, 9941, 10.063, 10.064, 10.778, 10.779, 12.870, -11.160, 12.417, 14.439, 14 640, 14 641, 14 642 14 643, 15284, 16414, 16415. continua a fls. 02.....

REGISTRO DE IMÓVEIS

LIVRO N.º 2 REGISTRO GERAL

000136

госна — 02

D2

000136

paga na praça de Itápolis, até 28 de fevereiro de 1996, com ju ros e outras condições. A emitente apresentou cópias autentica das das certidões negativas de débito, expedidas pelo INSS - PCND nº 213/94-937379-D, de 29/07/94, e pela Secretaria da Receita Federal, de 14/09/94. O esc. autorizado, de 14/09/94. O esc. autorizado esc. aut

AV. 5 - em 29 de abril de 1996.

Pelo aditivo de 25 de abril de 1996, passado nesta cidade, as partes retificaram o instrumento que deu margem ao registro nº 04, fixando o novo vencimento para 25 de abril de 2.001, com amortização através de 10 prestações semestrais, a primeira em 25/10/1996 e a última em 25/04/2001, com alteração de encargos financeiros e cláusula no caso de inadimplemento. Os demais ter via do aditivo, juntamente com o requerimento desta averbação, passado nesta cidade, em 26 de abril de 1996. O escrevente auto nº 54.651 do prot. 1-f, pag. 84.-

R. 6 - em 17 de junho de 1996.

O imovel da matrícula ficou vinculado em hipoteca cedular de se gundo (2º) grau e sem concorrência, em garantia da cédula rural hipotecária de 31 de maio de 1996, que tomou o nº 96/70006-8, emitida nesta cidade por IRMÃOS MALOSSO LTDA., sendo hipotecantes garantes PALMIRO MALOSSO e sua mulher ELZÁ LOPES MALOSSO, e JOÃO MALOSSO e sua mulher YOLANDA VELLUDO MALOSSO, e JOÃO MALOS O e sua mulher ROSA PIEROBON MALOSSO, em favor do BANCO DO BRA SIL S/A., todos retro qualificados, do valor de duzentos mil resultados (R\$ 200.000,00), a ser paga na praça de Itápolis, até 31 de outubro de 2.002, com juros e outras condições. O escrevente au torizado, de conceptado de concepta

AV. 7 - em 31 de março de 1998.

Pelo aditivo de 13 de novembro de 1997, passado nesta cidade, - as partes retificaram o instrumento que deu margem ao registro nº 06, sendo prorrogado o vencimento da prestação vencida em 31 de outubro de 1997 para 31 de outubro de 2.003, correspondendo ao resultado da multiplicação de 452.945 quilos de milho pelo preço mínimo básico oficial vigente na data do respectivo pagamento, facultando ao credor receber essa parcela mediante a entrega de compravante de depósito correspondente aos 452.945 quilos de milho. Es demais termos foram ratificados.- O escrevente autorizado, (Oswaldo José Pereira Junior)-REF: 0.59.718 do prot. 1-6, pag. 47, de 27 de março de 1998.-

AV. 8 - em 31 de março de 1998.

Pelo aditivo de 13 de novembro de 1997, passado nesta cidade, - as partes retificaram o instrumento que deu margem ao registro nº 04, bem como a averbação nº 05, sendo prorrogado o vencimento da prestação vencida em 25 de outubro de 1997 para 25 de outubro de 2.001, bem como o da que vencer-se-á em 25 de abril de

Autenticação

VRO N.º 2-REGISTRO GERAL

MATRICULA -

136

000136

02v.

1998 para 25 de abril de 2.002. - Os demais termos foram ratificados. - O escrevente autorizado, tu tu di di di (Oswaldo José de março de 1998. -

AV. 9 - em 22 de setembro de 1998.

Pelo aditivo de 1º de agosto de 1998, passado em Itápolis, partes retificaram o instrumento cedular registrado sob nº 04, a fim de ficar constando, entre diversas outras condições, o que segue:- a) a devedora confessou dever ao credor a importancia de um milhão, quinhentos e setenta mil reais (R\$1.570.000,-00), proveniente do aludido título, calculada até 01/08/1998; b) o valor ajustado, acrescido dos encargos básicos, será exigi do, em parcela única, no vencimento final da divida, a ocorrer-no primeiro dia de agosto do ano 2.018; c) a financiada cede e transfere ao financiador, de modo pro solvendo, em caráter irre vogável e irretratável, sob condição resolutiva, Certificados de emissão do Tesouro Nacional série ECTN 9808, no valor unitário de R\$ 1.000,00 e no total de R\$ 1.570.000,00, junto a Cen-tral de Custódia e de Liquidação Financeira de Titulo - CETIP,como forma e meio de pagamento pró solvendo do principal da divida, atualizado pelos encargos financeiros básicos previstos,e sob as condições aí estipuladas; e d) permanece em vigor, ficando prorrogada a hipoteca de primeiro pray constituída em fa-vor do financiador, cujo imovel foi avaliado por R\$ 1.500.000,-00.- O escrevente autorizado, un m m d. (Oswaldo José -Pereira Junior) - REF: nº 61.166 do prot. 1-H, pag. 54, de de setembro de 1998.-

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que a presente cópia é reprodução autêntica da ficha a que se refere, extraída nos termos do Art. 19, § 1°, da Lei nº 6.015, da 31 de dezembro de 1973. CERTIFICO mais que, ser relação ao imével da matrícula 136 , eão existe qualquer alteração relativa a ALLENAÇÃO, ÔPRIS REAIS ou CITAÇÕES EM AÇÕES RISAIS, E PESSOAIS REIPERSECUTÓRIAS, além do que consta na presente.

ITAPPLIS (SP)

2000

André Elias Nardint Escrevente Autorizado Valor cobrado pela CERTIDÃO

Responsável

COMARCA DE ITÁPOLIS - SP

Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica e Tabelião de Protesto de Letras e Títulos.

Av. Campos Salles, nº 853 - 2º andar, Itápolis - SP Fone: (016) 362-1504

Observações:



PREFEI JRA DO MUNICÍPIO DE ITÁPO IS

Estado de São Paulo-

Av. Florêncio Terra, 399 - Fone (0**16) 362-1511 FAX: (0**16) 362-4122

29 AGD 2000

PROPERTY LINEAR RELIEF TO A PROPERTY AND A PROPERTY

CEP 14.900-000

3418

DECRETO Nº 3.041 DE 12 DE JUNHO DECE20

法的证据例代

Dispõe sobre declaração de Utilidade Pública para fins de desapropriação o imóvel que menciona. (PALMIRO MALOSSO e outros).

UBALDO JOSÉ MASSARI JUNIOR, Prefeito do Município de Itápolis, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas e com fundamento no artigo 5°, alínea " I " do Decreto-Lei nº 3365/41,

DECRETA

Artigo 1º - Fica declarado de Utilidade Pública para fins de desapropriação amigável ou judicial um imóvel que consta pertencer ao Sr. PALMIRO MALOSSO e outros, cuja descrição é a seguinte:

"Partindo-se do marco A localizado as margens do ribeirão denominado Ribeirão São Lourenço do Turvo, com a faixa de domínio da Rodovia SP-304, seguimos por esta, sentido Ibitinga/Itápolis, marco A até o marco 1 segue no rumo de 24º 40'50" NE e 40,178 metros, do marco 1 até o marco 2 segue no rumo de 24º 40'50"NE e 87,338 metros, do marco 2 até o marco 3 segue no rumo de 24º 25'27"NE e 165,770 metros, do marco 3 até o marco 4 segue no rumo de 24º 38'16"NE e 36,306 metros, dal deflete à direita, do marco 4 até o marco 5 segue no rumo de 33º 04'33"NE e 25,278 metros, do marco 5 até o marco 6 segue no rumo de 24º 54'59"NE e 242,032 metros, do marco 6 até o marco 7 segue no rumo de 25º 07"30"NE e 26,086 metros, do marco 7 até o marco 8 segue no rumo de 24º 43'32"NE e 21,848 metros, daí deflete à direita, do marco 8 até o marco 9 segue no rumo 29° 56'53"NE e 65,293 metros, dal dellete à esquerda, do marco 9 até o marco 10 segue no rumo de 22º 04'36"NE e 27,406 metros, daí deflete à esquerda, do marco 10 até o marco 11 segue no rumo de 64º 26'23"NW e 135,356 metros, daí deflete à esquerda, do marco 11 até o marco 12 segue no rumo de 47° 56'50"SW e 246,761 metros, do marco 12 até o marco 13 segue no rumo de 36° 40'16"SW e 166,765 metros, do marco 13 até o marco 14 segue no rumo de 35º 58"51" SW e 320,284 metros, sendo que aqui encontramos novamente o Ribeirão do São Lourenço do Turvo, seguimos por este a montante, com distância de 347,363 metros até o nosso marco de partida, fechando nosso perímetro, com uma área de 18,1260 ha ".

WHE

THE THE REFERENCE HEAD INTERFERENCE RANGE FOR A COURT

I starter that the extension

We have the constraint of the form of the form of the form 1.62×0.0 to 5.7×10^{-2}

Artigo 2º - Esta área destinar-se-á para fins de construção do sistema de tratamento de esgotos sanitários.

Artigo 3º - Os recursos para cumprimento do presente decreto, constam da dotação orçamentária própria.

Artigo 4º - Este decreto entra en vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Itápolis, 12 de junho de 2000

UBALDO JOSÉ MASSAR JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado na Secretaria na data supra e devidamente registrado

MARIA DA CONCEIÇÃO M. MACHADO Secretária de Gabinete



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

Estado de São Paulo

-Av Thomsey Torra, 300 Fore: (0° 16) 362-1511 - CEP 14 900 000 LAX: (0° 16) 362-1122

DESPACHO

O Decreto nº 3.041 de 12 de junho de 2000 declara de utilidade pública imóvel localizado no Município de Itápolis.

Necessária a avaliação do mesmo para que se possa fazer a oferta ao proprietário, visando desapropriação amigável.

À Comissão de Avaliação.

Itápolis 18 de agosto, de 2000

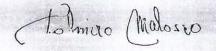
UBALDO JOSÉ MASSARI JUNIOR
Prefeito Municipal

Itapolis, 05 de Setembro de 2.000.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁPOLIS – SP

Ref: Desapropriação de imóvel rural amigável

Em atenção a missiva do dia 1º p.p., vimos pela presente para dizer que concordamos com a oferta de R\$ 12.000,00 (Doze Mil Reais) por alqueire, para pagamento à vista, na desapropriação amigável de parte de nosso imóvel rural, mais ou menos 7 alqueires, a ser destacado de um todo maior consistente em: UM IMÓVEL AGRÍCOLA particularmente denominado "Fazenda Santa Adelina", encravado na fazenda "Boa Vista de São Lourenço", neste distrito e município, com a área de 484 hectares ou 200 alqueires de terras, mais ou menos, menos a área de 91.670 metros quadrados ocupada pelo Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo, para a construção da estrada asfaltada Itápolis-Ibitinga; contendo atualmente no imóvel uma casa de sede e 40 casas para empregados, todas de tijolos e telhas, servida por instalações de água e energia elétrica; currais, mangueirões, paióis, tulhas, depósitos para adubos, garagens, 30.000 cafeeiros, mais ou menos, 10,000 pés de eucaliptos, mais ou menos; engenho com as respectivas instalações, próprio para o fabrico de aguardente, com seus depósitos, acessórios e pertences, em funcionamento; balança para pesagem de veículos; prédio de tijolos e telhas, destinado a escritório, farmácia, laboratório e refeitório; canaviais, pastagens, cercas internas e de divisas e pequenas benfeitorias; confrontando-se em sua integridade com Luiz Massa, Luiz Desidério Rossi, Constantino Polaco, Irmãos Pierobon, Dr. Walter Salim Haddad, Walter João Cioffi, Palmiro Malosso e irmãos, Ângelo Domingos Coletti, pelo Ribeirão



FALWIRO MALOSSO E CUIROS

PAZEMBABABAMA MIRIKAN-IR C SILARANAN IECARKA PERIMI POR CEPIA ORIGINAL - COMPANIA CONTRACTOR SÃO PARTICO

15 15 SECULTS FEED AT PURE VEINS MORN

São Lourenço, por cercas com José Semeghini Filho e, novamente por cercas com Palmiro Malosso e irmãos (proprietários). O imóvel descrito faz parte de um todo de 1.354.93,00,30 hectares ou 559,888 alqueires, mais ou menos, denominado "Fazenda Santa Adelina", possuindo, entretanto, características próprias que o distinguem desse todo, conforme consta na escritura de 30 de janeiro de 1976, do 1º tabelionato local (livro 157, fls.453). Esse havido por força da transcrição ns. 13.824, livro 3-QQ, fls. 20; 21.931, livro 3-AI, fls. 119; 22.425, livro 3-AJ, fls. 12; 24.005, livro 3-AK, fls. 133; e 27.956, livro 3-AS, fls. 60; constando atualmente na **matrícula de nº 136**, do Livro N.º 2 do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itápolis.

Atenciosamente.

Palmiro Malosco



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

Estado de São Paulo

Av. Florêncio Terra, 399 - Fone (0**16) 362-1511 - CEP 14.900-000 FAX: (0**16) 362-4122

Itápolis, 01 de setembro de 2000

Ao Senhor PALMIRO MALOSSO Nesta

Tendo em vista o Decreto nº 3041

de 12 de junho 2000 – dispõe sobre desapropriação de imóvel, ofereça-se na casa de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), por alqueire, pelo imóvel, para desapropriação amigável

Reiteramos protestos de estima e

consideração.

UBALDO JOSÉ MASSARL JUNIOR

Prefeito Municipal

Recebi da lª via em 04/09/00

Palmiro Malosao



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

AVENIDA FLORÊNCIO TERRA Nº 399 - CAIXA POSTAL 140 FONE (0xx16) 362-1511 - FAX 362-4122 - TELEX 162144 CEP 14.900-000 - IT Á POLIS - ESTADO DE SÃO PAULO E-mail: prefeitura@polinet.com.br

COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO

LAUDO DE AVALIAÇÃO Nº 004/2000

Objeto: Avaliação de imóvel rural (área de terras)

Local: Itápolis/SP

ARMANDO BRUNELLI JUNIOR, LUIS CARLOS MARINI E

CLOVIS MANCINELLI, integrantes da Comissão Municipal de Avaliação, reuniram-se nesta data, na Secretaria da Prefeitura Municipal, com o objetivo efetuar a avaliação de um imóvel rural assim descrito Partindo-se do marco "A", localizado as margens do Ribeirão denominado Ribeirão São Lourenço do Turvo, com a faixa de domínio da rodovia SP-304, seguimos por esta, sentido Ibitinga/Itápolis, marco "A" até o marco "1", segue em rumo de 24° 40' 50" - NE e 40,178 metros do marco "1" até o marco "2" segue no rumo de 24° 40'50"-NE e 87,338 metros do marco "2" até o marco "3", segue no rumo de 24°25'27"-NE e 165,770 metros, do marco "3" até o marco "4" segue no rumo de 24°38'16"-NE 36,306 metros, daí deflete a direita, do marco "4" até o marco "5" segue no rumo de 33°04'33"-NE 25,278 metros, do marco "5" até o marco "6" segue no rumo de 24°54'59"-NE e 242,032 metros, do marco "6" até o marco "7" segue em rumo de 25°07'30"-NE e 26,086 metros, do marco "7" até o marco "8" segue no rumo de 24°43'32"-NE e 21,848 metros, daí deflete a direita, do marco "8" até o marco "9" segue no rumo de 29°56'53"-NE e 65,293 metros, daí deflete a esquerda, do marco "9" até o marco "10" segue no rumo de 22°04'36"-NE e 27,406 metros, daí deflete a esquerda, do marco "10" até o marco "11" segue no rumo de 64°26'23"-NW e 135,356 metros, daí deflete a esquerda do marco "11" até o marco "12" segue no rumo de 47°56'50"-SW e 246,761 metros, do marco "12" até o marco "13" segue no rumo de 36°40'16"-SW e 166,765 metros, do marco "13" até o marco "14" segue no rumo de 35°58'51"-SW e 320,284 metros, sendo que aqui encontramos novamente o Ribeirão do São Lourenço do Turvo seguimos por este a montante, com distância de 347,363 metros até o nosso marco de partida fechando nosso perímetro, com uma área de 18,1260 há, ou 7,4901 alqueires, chegando-se ao valor total final do imóvel em R\$ 90.000,0 (noventa mil reais).

Itápolis/SP, 28 de Agosto de 2.000

ARMANDO BRUNELLI JUNIOR ENGO CIVIL – Presidente

LUIS CARLOS MARINI

CLÓVIS MANCINELLI

Membro

TERMO PARTICULAR DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL - IRREVOGA VEL E IRRETRATÁVEL

TERMO particular de desapropriação imóvel que entre si fazem: de um lado, como desapropriados: PALMIRO MALOSSO - RG nº 204.080, agricultor, e sua mulher, com quem é casado pelo regime da comunhão de bens, antes da Lei 6515/77, D. ELZA LOPES MALOSSO - RG nº 8.049.894, do lar, brasileiros, portadores em conjunto do CPF nº 073.744.028-72, residentes e domiciliados nesta cidade de Itápolis-sp, à Av. Florêncio Terra nº 583 e JOÃO MALOSSO - RG nº 6.680.136, agricultor, e sua mulher, com quem é casado pelo regime da comunhão de bens, antes da Lei 6515/77, D. ROSA PIEROBON MALOSSO - RG nº 5.019.163, do lar, brasileiros, portadores em conjunto do CPF nº 073.744.108-91, residentes e domiciliados nesta cidade de Itápolis-sp, na Rua Odilon Negrão nº 548, outro lado, como desapropriante o MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS, neste ato devidamente representado pelo prefeito, Dr. Ubaldo José Massari Júnior, saber: Pelos desapropriados foi declarado que a justo título, tornaram-se senhores e legítimos possuidores e detentores da posse de parte ideal correspondente a dois terços (2/3) do seguinte imóvel RURAL com área de 18,1260 hectares, encravada na fazenda "Boa Vista de São Lourenço", no lugar denominado Bairro do Córrego Raso, neste distrito, município e comarca de Itápolis, contendo pastagens e cercas, com rumos e distancias constante do DECRETO MUNICIPAL 3.041 de 12 de Junho de 2.000, imóvel esse que será destacado de um todo maior, havido pelos desapropriados por força das transcrições nºs. 13.824, livro 3-QQ, fls. 20; 21.931, livro 3-Al, fls. 119; 22.425, livro 3-AJ, fls. 12; 24.005, livro 3-AK, fls. 133; e 27.956, livro 3-AS, fls. 60; constando atualmente na matrícula de nº 136, do Livro N.º 2 do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itápolis. ASSIM possuindo a parte ideal do imóvel acima descrito e confrontado, se comprometem e se obrigam a dar em desapropriação ao órgão desapropriante, que por sua vez se compromete a desapropria-lo, tudo mediante as cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA - O preço certo e previamente ajustado para a presente desapropriação amigável é de R\$ 59.920,66 (Cinquenta e Nove Mil, Novecentos e Vinte Reais e Sessenta e Seis Centavos), a razão de R\$ 12.000,00 (Doze Mil Reais) o alqueire paulista, que é pago aos desapropriados neste ato, representado pelo cheque descrito no final do contrato, a qual os desapropriados, após a compensação do referido cheque, dão plena, geral e irrestrita quitação.

SEGUNDA - A posse do imóvel ora desapropriado amigavelmente e transmitida nesta ato.

TERCEIRA — Fica instituída servidão de passagem de um ÁGUADUTO a favor dos desapropriados, cuja passagem parte do Rio São Lourenço, atravessando toda área desapropriada, até atingir o remanescente do imóvel dos desapropriados.

PM. Jem. Ja

QUARTA - Fica convencionado que o Município de Itápolis removerá o ÁGUADUTO, no período que os desapropriados não estiverem utilizando-o, sob as súas espenças e desde que não diminua em nada as vantagens do prédio dominante, do atual local para uma área que não foi objeto de aterros e da decantação, de tal forma que não impeça e nem dificulte as obras necessárias à sua conservação e uso.

E, por estarem justos e contratados, mandaram datilografar o presente em duas vias de igual teor e para o mesmo fim, na presença de duas testemunhas.

-Itápolis, 04 de Outubro de 2.000-

Desapropriados:	PALMIRO MALOSSO
	Ela Lopes Malosso ELZA LOPES MALOSSO
	João Malosso João Malosso São Seir Iron Malosso ROSA PIEROBON MALOSSO
Desapropriante:	Musicial de Minister de Minist
Testemunhas:	Município de Itápolis - Dr. Ubaldo Jasé Massari Junior

Cheque nº //63 f8

Banco: BANESPA

Ag. 033